Fundação ArcelorMittal
Investimento Social

ArcelorMittal

Viva seu voto!

CADERNO DO ESTUDANTE

Criada em 1988, a Fundação ArcelorMittal desenvolve ações nos municípios onde a ArcelorMittal Brasil está presente, beneficiando cerca de 270 mil pessoas por ano.

Seu principal foco é a formação de crianças e adolescentes, para que se tornem cidadãos mais conscientes, produtivos e participantes.

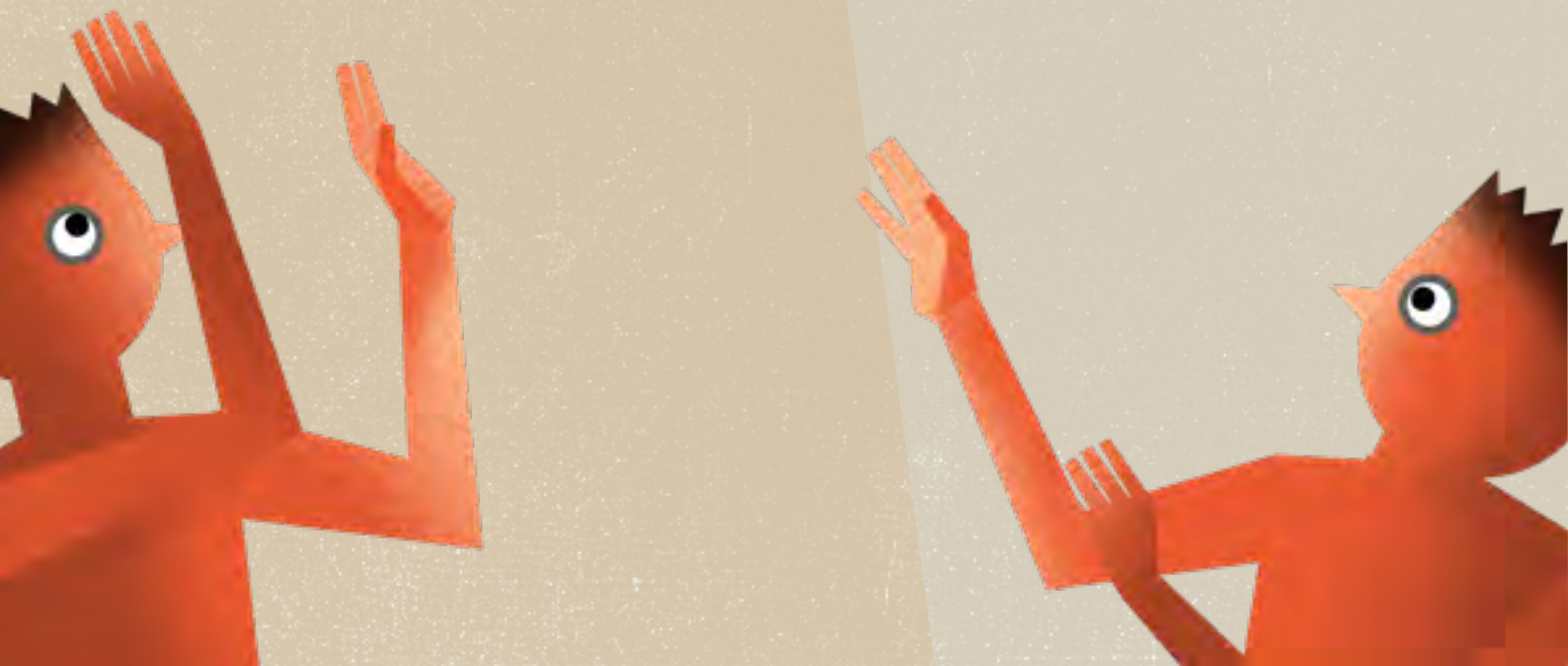
Atenta às necessidades locais, a Fundação promove projetos nas áreas de educação, cultura, promoção social e esporte, em parceria com o Poder Público e instituições do terceiro setor.

O objetivo é reforçar as políticas públicas locais e promover resultados efetivamente transformadores e de longo prazo, como a transferência de metodologias aos municípios atendidos.

A ArcelorMittal

A ArcelorMittal Brasil é a maior produtora de aços longos e planos da América Latina. Faz parte do Grupo ArcelorMittal, líder de aço e de mineração no mundo, com presença em 60 países e unidades industriais em 19 países.

Guiado por uma filosofia para produzir aço de forma segura e sustentável, com pesquisa e desenvolvimento de ponta e amplas redes de distribuição, o Grupo é o principal fornecedor de aço de qualidade nos mercados globais automotivo, de construção, eletrodomésticos e embalagens.



Objetivo do PROJETO

Educar e conscientizar os alunos para a importância do voto, por meio de discussões sobre o assunto e de prática, vivenciando a experiência de uma eleição nas escolas municipais da rede pública das cidades onde a ArcelorMittal Brasil possui operações.

Este projeto foi feito para você, a pessoa que manterá viva a democracia neste país.

OS 3 PODERES

O Brasil é uma República Federativa e um **Estado Democrático de Direito**. Essas duas coisas juntas significam, basicamente, que apesar de haver divisões internas – como estados, municípios, Distrito Federal –, o Brasil é um país único, que engloba tudo isso e que é governado com base em uma lei à qual todos estão submetidos – a Constituição Federal – e os cidadãos e cidadãs elegem representantes que realizam todas as atividades ligadas ao ato de governar, de formas diferentes, de acordo com o poder para o qual foram eleitos.

Os Estados Democráticos de Direito são a entidade mais comum no mundo contemporâneo, mas nem sempre foi assim. A criação dessa ideia só aconteceu porque há nem tanto tempo, o mundo era um lugar bem diferente. Antes da Revolução Francesa, que aconteceu em 1789, a maior parte dos países do mundo eram Estados absolutistas. Isso significava que, para cada país ou território havia um só governante, em geral um rei ou uma rainha, que tinha poder sobre tudo e todos.

Essas pessoas podiam fazer, literalmente, qualquer coisa: mandar matar alguém, tomar a casa ou as terras de uma pessoa, fazer e mudar leis, julgar crimes... Essas pessoas se tornavam reis ou rainhas, em geral, pelo uso da força, ou porque eram filhos de outros reis e rainhas.

O que aconteceu na Revolução Francesa foi que uma parte da população se revoltou e, ao final desse conflito, que durou quase um ano, matou o rei e tomou o poder. Eles decidiram que o governo deveria ser diferente daí por diante, que nunca mais o poder deveria se concentrar nas mãos de uma única pessoa.

Assim, os revolucionários adotaram uma nova forma de governar concebida por um filósofo chamado Montesquieu.

Tudo começou com a ideia de que o poder estava a serviço e deveria representar o povo de um país – e a isso se chama democracia. Numa democracia, os cidadãos escolhem, entre pessoas do próprio povo, aquelas que vão representá-los e tomar as decisões políticas em seu nome.

Montesquieu propôs três instâncias, que considerou o mínimo necessário para um governo – a instância ou Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Cada um desses poderes faz uma parte do trabalho de governar e, além disso, fiscaliza o trabalho dos outros dois, de tal forma que as decisões sejam sempre bem distribuídas para que ninguém possa mandar sozinho.

No âmbito federal, o **Poder Executivo** é composto pelo presidente ou presidenta e seus ministros. O presidente é eleito diretamente, e os ministros são nomeados por ele. A principal função do Executivo é executar – fazer valer e funcionar as leis do país e as instituições de governo. Além disso, fiscalizar, aprovar e vetar leis criadas pelo Legislativo e fiscalizar o trabalho do Judiciário na aplicação dessas leis. O presidente também pode elaborar projetos de lei, mas para eles serem aprovados têm que ser analisados pelo Poder Legislativo.

No âmbito federal, o **Poder Legislativo** é composto por senadores e deputados federais. Eles são os representantes de todos os estados da República. Sua função (entre outras) é criar, analisar e reformar as leis que regem a vida do país. Senadores e deputados federais formam o Congresso Nacional.

O **Poder Judiciário** é composto por juízes, promotores, desembargadores e os ministros que atuam nos tribunais superiores. Nenhum deles é eleito pela população. Sua principal função é fazer cumprir as leis do país e, quando isso não acontece, julgar e apenar os responsáveis pelo descumprimento das leis. O Poder Judiciário também pode propor projetos de lei, mas eles também devem passar pelo Poder Legislativo.

É uma ideia muito bonita, não é? Tanto é, que a maior parte das democracias existentes hoje usa esse sistema para organizar seus governos e a forma como o poder é distribuído.

Entendeu o equilíbrio do sistema proposto por Montesquieu? Cada um dos poderes deve fazer uma parte do trabalho, mas nenhum deles pode fazer o trabalho inteiro.

Conheça o Jogo dos 3 Poderes

- Dividam a sala em dois times.
- Cada time deve eleger um **Perguntador**, que será responsável por fazer as perguntas ao outro time, e um **Marcador de Tempo**, que será responsável por marcar o tempo das jogadas (cada jogada deverá durar, no máximo, 20 segundos).
- Os dois Perguntadores (um de cada time) devem ter em mãos a folha contendo as perguntas elaboradas pelo seu time.
- Os jogadores de cada time devem se posicionar uns em frente aos outros.
- O jogo começa com o Perguntador do Time 1 fazendo uma pergunta para o Time 2.
- Assim que a pergunta é feita, um jogador do Time 1 joga a bola para um jogador do Time 2 – o jogador do Time 2 deve responder à pergunta.
- Caso não saiba a resposta, ele poderá jogar a bola para outro jogador do mesmo time para que ele responda. Caso este jogador também não saiba, a bola deve ser jogada para outro.

O time terá 20 segundos para responder.

- Caso ninguém do time saiba a resposta, o Time 1 ganhará 1 ponto e reiniciará a jogada.
- Se a bola cair enquanto a pergunta não tiver sido respondida, o time perde a vez e a bola deve ser jogada novamente pelo Time 1.

Hora de elaborar pelo menos 5 perguntas sobre o que você aprendeu (ou já sabia) sobre a organização do Estado brasileiro e as funções básicas dos 3 Poderes. **Depois, selecionem 20 perguntas (e suas respectivas respostas) para fazer a folha que ficará com o Perguntador de cada time.**

Pergunta:

Resposta:

Pergunta:

Resposta:

Pergunta:

Resposta:

Pergunta:

Resposta:

Pergunta:

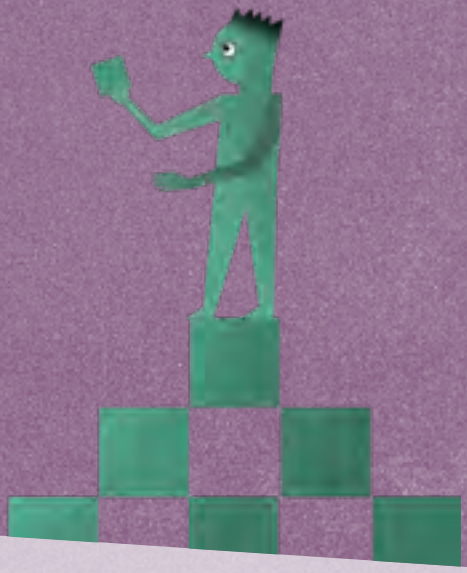
Resposta:

HISTÓRIA **EXERCÍCIO 2**

LÍNGUA PORTUGUESA

MATEMÁTICA

VAMOS ELABORAR **UM NOVO JOGO?**



Vocês podem se organizar em grupos e criar novos jogos sobre a organização do Estado brasileiro e as funções básicas dos 3 Poderes.

Para explicar um jogo a alguém é necessário esclarecer alguns itens essenciais. Você pode usar a estrutura abaixo para escrever o seu jogo. É bem simples.

O QUE VOCÊ PRECISA PARA JOGAR

Aqui você deve informar tudo que é preciso para o jogo acontecer, como, por exemplo, se é necessário ter um espaço grande, ter caneta, papel, bola etc.

QUANTAS PESSOAS PODEM JOGAR?

Aqui você deve informar quantas pessoas podem participar do jogo. Há jogos feitos para poucas pessoas, como jogos de tabuleiro, ou para muitas pessoas, como o jogo que vocês jogaram na atividade anterior.

QUAL É OBJETIVO DO JOGO?

Explicar o objetivo é importante porque faz as pessoas entenderem o que elas terão que fazer.

COMO SE JOGA

Aqui é hora de explicar passo a passo como se joga. Você pode dividir este item em etapas marcadas por números. Por exemplo:

1. Forme duas duplas de jogadores.

2. Cada dupla deve escolher 20 cartas do baralho.

3. As cartas não podem ser mostradas à outra dupla.

E assim por diante.

Conheça um pouco **do Poder Legislativo**

São funções típicas do Poder Legislativo legislar e fiscalizar

O QUE FAZ UM VEREADOR?

Os vereadores são o Poder Legislativo do município.

É na Câmara Municipal que os vereadores discutem e votam assuntos relacionados à educação no âmbito municipal, transporte público, saneamento e outros temas importantes para a cidade. Depois de votarem, tanto as emendas quanto os projetos de lei devem ser submetidos à autoridade máxima do Poder Executivo municipal, representada pelo prefeito, que pode vetar, modificar ou aprovar tanto as emendas quanto os projetos de lei.

Os vereadores também têm como dever fiscalizar a administração, zelando pela aplicação dos recursos e analisando o orçamento. Também são eles que, todo ano, julgam as contas públicas da cidade.

O vereador é eleito de forma direta, ou seja, os mais votados vencem a eleição.

O QUE FAZ UM DEPUTADO ESTADUAL?

A principal função de um deputado estadual também é legislar, ou seja, propor, analisar e alterar leis estaduais. Os deputados estaduais compõem as Assembleias Legislativas.

Os deputados fiscalizam o trabalho do governador, discutem a elaboração do orçamento do seu estado, instituem os impostos estaduais e distribuem verbas para saúde, educação, cultura etc. Além disso, fiscalizam os gastos e verificam se tudo está sendo feito conforme o orçamento previsto. São eles também que determinam o salário do governador, do vice-governador e deles próprios.

Os deputados também podem criar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) com o objetivo de investigar problemas administrativos do governo estadual.

O QUE FAZ UM DEPUTADO FEDERAL?

A principal função de um deputado federal também é legislar, ou seja, propor, analisar e aprovar leis e medidas provisórias propostas pelo presidente da República. Os deputados federais ficam na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional.

Também faz parte das atribuições dos deputados federais fiscalizar as ações do Poder Executivo (da Presidência da República), monitorando a aplicação dos recursos públicos. Quando percebem que há problemas, podem obrigar os órgãos do governo e até ministros a lhes dar informações. Eles também podem autorizar a instauração de processo de impeachment contra o presidente da República.

São eles também que aprovam o Orçamento da União, que é um documento que define os recursos e as despesas das áreas de educação, saúde, cultura etc.

O QUE FAZ UM SENADOR?

Senadores, junto com deputados federais, compõem o Congresso Nacional.

As funções típicas dos senadores são:

Legislativas: analisar, propor novas leis, normas e alterações da Constituição.

Fiscalizadoras: fiscalizar e controlar o Poder Executivo. Isso significa verificar se a administração do governo, suas contas estão andando bem. Quando não estão eles podem pedir explicações às equipes do Poder Executivo. Eles podem também instalar CPIs para investigar problemas.

Julgadoras: Senadores também podem processar e julgar o presidente, vice-presidente e ministros quando eles fazem algo de errado no exercício de suas funções (os chamados "crimes de responsabilidade").

O VOTO FEMININO:

Uma história que vale a pena conhecer

No mundo inteiro, o movimento em favor do voto feminino, conhecido como **sufragista**, porque esse é outro nome que se dá às eleições – **sufrágio** –, foi fortemente ligado aos movimentos proletários, especialmente no século XIX e início do século XX, pois se tratava da conquista de direitos básicos para todos – o direito ao voto, o direito à remuneração justa, o direito a jornadas de trabalho menos desgastantes e abusivas etc.

No Brasil, sete anos antes da primeira mulher conseguir seu título de eleitora, uma brasileira que estudara na Europa entendeu que a proibição do voto feminino contrariava um artigo da Constituição e conseguiu, por mandato judicial, o direito de votar. Votou em si mesma, uma vez que era candidata ao cargo de deputada federal. Este feito impressionou até Drummond, que fez o poema ao lado.

Mulher Eleitora

(Carlos Drummond de Andrade)

Mietta Santiago
loura poeta bacharel
Conquista, por sentença de Juiz,
direito de votar e ser votada
para vereador, deputado, senador,
e até Presidente da República.
Mulher votando?
Mulher, quem sabe, Chefe da Nação?
O escândalo abafa a Mantiqueira,
faz tremerem os trilhos da Central
e acende no Bairro dos Funcionários,
melhor: na cidade inteira funcionária,
a suspeita de que Minas endoidece,
já endoideceu: o mundo acaba.

O poema é interessante porque traz, pelo menos em parte, a ideologia que se criou então para impedir que mulheres votassem. As noções absolutamente preconceituosas de que as mulheres seriam menos equilibradas e razoáveis do que os homens porque eram mais "emocionais", ou de que as mulheres eram menos inteligentes do que os homens, ou de que as mulheres não seriam capazes de fazer boas escolhas porque usariam critérios passionais e afetivos. O voto feminino era considerado o fim do mundo, e foi mesmo, pelo menos daquele mundo...

E NO BRASIL?

A primeira brasileira a conseguir seu título de eleitora foi Celina Guimarães Viana, uma moça do Rio Grande do Norte, em 1927, antes mesmo de haver uma lei que autorizasse o voto feminino no Brasil. Ela e um grupo de 20 mulheres do Rio Grande do Norte participaram assim da eleição de 1928, mas o Senado invalidou os votos de todas elas, porque não havia lei que reconhecesse o voto feminino. Ainda assim, Celina é considerada a primeira brasileira e a primeira sul-americana a votar.

A primeira mulher eleita para um cargo político foi uma deputada federal paulistana, em 1933. Carlota Pereira de Queirós assumiu o cargo a tempo de participar da elaboração da Constituição de 1934, que confirmou o direito feminino ao voto.

Para que tivéssemos uma primeira presidenta, entretanto, foi preciso esperar até as eleições de 2010, quando Dilma Rousseff foi escolhida pela população.

Neste intervalo de tempo, o voto feminino se tornou obrigatório para todas as cidadãs com idades entre 18 e 70 anos, e a participação de mulheres na política em geral vem crescendo consistentemente, embora seja ainda muito menor do que a participação masculina.

A luta das mulheres, hoje, é por representatividade. Ou seja, para que haja um número maior de candidatas e mulheres nos cargos públicos, em todas as instâncias.

O Congresso Nacional, atualmente, tem apenas 63 mulheres, enquanto os homens são em 531.

LINHA DO TEMPO DAS **CONQUISTAS SUFRAGISTAS** NO BRASIL E NO MUNDO

Orientações básicas

Sua tarefa é organizar uma linha do tempo que mostre alguns marcos das conquistas do movimento feminino pelo direito ao voto e a ser votada.

Separe os eventos nacionais (do lado direito da linha) dos eventos internacionais (que devem ser colocados do lado esquerdo da linha).

Para inserir as informações na linha, use as dicas e informações abaixo.

Como é uma linha do tempo, os eventos devem ser organizados em ordem cronológica.

A linha está dividida por décadas. O início, em 1893 e o final em 2010.

Siga o exemplo que demos para ficar mais fácil de você entender.

- O primeiro país do mundo a reconhecer a legitimidade do voto feminino em 1893 fica lá do outro lado do mundo, já foi uma colônia da Inglaterra e é o cenário dos filmes do Senhor dos Anéis. (FEITO)

- O último país a fazê-lo, em 2011, é o cenário dos contos das mil-e-uma noites, um dos países árabes e já foi o maior produtor de petróleo do mundo.

- Os dois países mais conhecidos por falar a língua inglesa aprovaram o voto feminino, respectivamente, em 1918 e 1920. O primeiro deles é o país que colonizou muitos outros lugares do mundo, inclusive o segundo país de que falamos aqui.

- O país europeu que fala português, como nós, aprovou o voto feminino em 1976.

- Os primeiros votos femininos ocorreram na eleição de 1927, mas foram invalidados porque a lei que legitimou o voto feminino só foi feita em 1932, com uma alteração no Código Eleitoral. Isso aconteceu num país que tem 27 estrelas em sua bandeira.

- Nossos vizinhos e eternos adversários no futebol só autorizaram o voto feminino em 1947. O País que tem o mesmo nome da linha imaginária que divide o globo terrestre horizontalmente em dois hemisférios o fez em 1929. Portanto, foi o primeiro país latino-americano a fazê-lo, ainda que o voto tenha sido facultativo até 1967.

- Carlota Pereira de Queirós, primeira mulher eleita para um cargo público, assumiu em 1935, só depois que a Constituição Federal de 1934 ratificou a mudança que já havia sido feita em 1932 no Código Eleitoral. (FEITO)

- O país que fala espanhol e faz fronteira com os Estados Unidos reconheceu o voto feminino em 1954.

- O país famoso por seus chocolates só validou o voto feminino a nível federal em 1971.

- Nossa primeira presidenta foi eleita em 2010 com 56% dos votos válidos e foi reeleita em 2014, com 51% dos votos válidos.

EVENTOS INTERNACIONAIS

EVENTOS NACIONAIS

1893

1903

Nova Zelândia foi a primeiro país do mundo a reconhecer a legitimidade do voto feminino.

1913

1923

1933

Carlota Pereira de Queirós, primeira mulher eleita para um cargo público, assumiu em 1935, só depois que a Constituição Federal de 1934 ratificou a mudança que já havia sido feita em 1932 no Código Eleitoral.

1943

1953

1963

1973

1983

1993

2003

2010

UM DETECTOR DE DEMOCRACIAS

Será que todas as democracias do mundo são iguais ou, melhor ainda, igualmente democráticas?

Como todos sabemos, a invenção e instalação de democracias em diferentes lugares do mundo tem sido o produto de processos históricos e sociais que envolvem disputas importantes por poder, representatividade, participação, superação de desigualdades sociais, ampliação de direitos humanos mínimos (como acesso à educação, segurança, saúde, moradia e condições mínimas de sobrevivência).

Só isso já é suficiente para imaginarmos que há diferentes democracias no mundo e, o que pode parecer ainda mais estranho, democracias mais democráticas que outras.

Há países em que o voto é livre: votam apenas os cidadãos e cidadãs que desejem fazê-lo e, ainda assim, é esse total de votos, seja ele qual for, que elege candidatos e candidatas.

Há democracias que têm muitos partidos políticos, e outras em que há apenas dois.

Há democracias que têm presidentes e outras em que há apenas parlamentos e primeiros-ministros.

Há, inclusive, democracias que têm reis e rainhas, as monarquias constitucionais.

Há democracias com leis mais liberais, como a descriminalização do uso de certas drogas ou do aborto. Há democracias mais conservadoras.

Para analisar o impacto dessas diferenças na vida de cidadãos e cidadãs, Norberto Bobbio, um filósofo italiano, um dos mais importantes estudiosos deste tema, criou uma tabela de regras democráticas, que vem sendo amplamente utilizada para definir o que é e o que não é democracia, e também para classificar as diferentes democracias pelo mundo.

Trata-se de um conjunto de seis regras que, uma vez cumpridas, caracterizam e definem uma democracia.

As regras são simples e a explicação de Bobbio é bastante clara:

1. Todos os cidadãos que alcançaram a maioridade, sem distinção de raça, religião, condição econômica e sexo, devem desfrutar dos direitos políticos. Ou seja, todos têm o direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a exprima por eles.
2. O voto de todos os cidadãos deve ter o mesmo peso.
3. Todas as pessoas que desfrutam de direitos políticos devem ser livres para poder votar de acordo com sua própria opinião, formada com a maior liberdade possível por meio de uma concorrência livre entre grupos políticos organizados competindo entre si.
4. Devem ser livres também no sentido de ter condição de escolher entre soluções diferentes, ou seja, entre partidos que têm programas diferentes e alternativos.
5. Seja por eleições, seja por decisão coletiva, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de considerar eleito o candidato ou considerar válida a decisão obtida pelo maior número de votos.
6. Nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições.

Agora que vocês já aprenderam que há diferentes tipos de democracias, vocês farão um exercício de Detectores de Democracias.

Para isso, vocês vão ler as regras de Norberto Bobbio e completarão as tabelas abaixo.

INGLATERRA

Características	Essa é uma característica de democracias? Sim/Não
Tem reis e rainhas há séculos	
Tem um parlamento responsável pela elaboração e aprovação de leis	
Tem uma Constituição como lei maior	
Tem primeiro-ministro, responsável pelo Poder Executivo	
O voto é livre, mas todos os cidadãos e cidadãs com mais de 18 anos têm direito ao voto	

ESTADOS UNIDOS

Características	Essa é uma característica de democracias? Sim/Não
Tem um presidente, mas nunca tiveram uma presidenta	
Existem apenas dois partidos políticos: os Republicanos e os Democratas	
Tem uma Constituição como lei maior	
Os eleitores não elegem o presidente com votos diretos. Quem faz isso é um colegiado, que é montado com base na população de cada estado (como acontece com nossos deputados federais). Por isso, na última eleição presidencial, o candidato que ganhou a eleição não foi o candidato que teve o maior número de votos populares diretos	
O voto não é obrigatório, mas é um direito de qualquer cidadão ou cidadã com 18 anos ou mais	

COREIA DO NORTE

Características	Essa é uma característica de democracias? Sim/Não
É governada por membros de uma mesma família – a dinastia Kim – há cerca de 70 anos	
Não tem eleições e, por isso, ninguém pode votar	
Não tem uma Constituição – a lei maior é decidida pelo governante, que acumula as funções de primeiro-ministro e presidente e é conhecido como "líder supremo"	
Tem uma Assembleia Legislativa, mas a decisão final sobre qualquer lei é sempre do "líder supremo"	
O governo controla todos os meios de comunicação	
Não há partidos políticos	

BRASIL

Características	Essa é uma característica de democracias? Sim/Não
Tem um presidente ou uma presidenta	
Tem duas câmaras que compõem o Poder Legislativo	
Tem uma Constituição como lei maior	
Tem muitos partidos políticos	
O voto é livre para pessoas com idades entre 16 e 17 anos ou maiores de 70 anos e obrigatório para pessoas com idades entre 18 e 69 anos	
Tem poucas mulheres ocupando cargos políticos	

UMA BREVE HISTÓRIA DO VOTO NO BRASIL

Você leu e discutiu em sala de aula sobre as conquistas do direito de votar.

Agora, é hora de elaborar um texto que diga qual foi, na sua opinião, a mais importante delas. Para elaborar esse texto, você terá que defender sua opinião apresentando argumentos que justifiquem essa sua escolha.

Atenção!
Opiniões e argumentos não são a mesma coisa

OPINIÃO

Uma opinião reflete o meu ponto de vista.

É um juízo individual.

Eu não preciso apresentar justificativas.

Exemplo 1

Eu gostei muito do jogo de futebol de ontem.

Exemplo 2

Na minha opinião, a conquista mais importante foi a do voto dos analfabetos.

ARGUMENTOS

Eu apresento as razões, os motivos para ter essa ou aquela opinião.

Quando apresento essas razões, esses motivos, estou argumentando.

Na minha opinião, o jogo de ontem foi muito bom porque os jogadores não fizeram faltas graves nos seus adversários, os dois times fizeram jogadas que os levaram a fazer gols e as torcidas não ofenderam nenhum jogador. Depois do jogo, algumas pessoas limparam todo o lixo do estádio. Na saída não houve nenhuma briga. Para mim, um bom jogo é um jogo que inclui o que acontece tanto dentro quanto fora de campo. É um jogo sem violência.

Essa é minha opinião porque os analfabetos devem ter representantes que possam trabalhar para que não haja analfabetos no país. O fato dessas pessoas não terem tido a chance de se alfabetizar não as torna incompetentes para escolher seus representantes nem para decidir o que é melhor para elas e para o país.

Agora que você já sabe a diferença entre opiniões e argumentos, elabore seu texto. Diga qual é, na sua opinião, a conquista mais importante e apresente os argumentos para justificar sua opinião.

CONHEÇA UMA LINHA DO TEMPO COM AS **PRINCIPAIS CONQUISTAS DO DIREITO DE VOTAR NO BRASIL**

1532: Primeira eleição da história do Brasil. Em 23 de janeiro de 1532, os moradores da primeira vila fundada na colônia portuguesa, São Vicente, foram às urnas. O voto era censitário, apenas uma parcela da população podia votar (e ser votada): nobres, burocratas, militares, comerciantes ricos, senhores de engenho e homens de posses, mesmo analfabetos.

1821: Primeiras eleições gerais para escolha de representantes brasileiros junto à Corte de Lisboa. Os eleitores eram homens livres, a partir dos 25 anos, inclusive analfabetos. Ainda não existiam partidos políticos e o voto não era secreto.

1824: Após a independência do Brasil em 1822, foi escrita nossa primeira Constituição, em 1824. Neste mesmo ano, aconteceu a primeira eleição pós-independência para a Câmara dos Deputados. O voto continuava censitário (apenas uma parcela da população tinha direito a ele). Era necessário ter um mínimo de renda para votar.

1842: Proibição do voto por procuração, por meio do qual o eleitor podia transferir seu direito de voto para outra pessoa. Esse era um dos principais mecanismos usados para fraudar as eleições nos períodos colonial e do império.

1881: Foi instituído o título de eleitor para tentar diminuir as fraudes – mas elas continuaram, porque o documento não trazia a foto do eleitor. Como era necessário assinar um documento para votar, os analfabetos foram excluídos do processo eleitoral.

1891: A Constituição Republicana de 1891 previu o voto direto para presidente e vice-presidente. Mas o voto ainda não era direito de todos: menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero não podiam votar.

1932: As mulheres conquistaram o direito ao voto.

1933: A médica paulista Carlota de Queirós foi a primeira mulher eleita deputada no Brasil.

1934: A idade mínima para votar passou a ser de 18 anos.

1955: Para coibir fraudes, uma lei determinou que o título de eleitor fosse vinculado a uma determinada seção eleitoral, e tornou obrigatório a apresentação de uma foto. As cédulas de votação, até então de responsabilidade dos candidatos, passaram a ser feitas pela Justiça Eleitoral.

2000: O Brasil realizou a primeira eleição totalmente informatizada do mundo.

1988: Jovens acima de 16 anos, analfabetos e maiores de 70 anos ganharam direito facultativo ao voto.

1937 1945 | 1945 | 1955 | 1972 | 1985 | 1988 | 1989 | 2000 | 2010 | 2011

2010: 20 mil presos provisórios e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas foram autorizados a votar.

2011: O Tribunal Superior Eleitoral assegurou voto facultativo aos índios isolados e em vias de integração. O voto é obrigatório para os índios alfabetizados em Língua Portuguesa e maiores de idade desde 1965.

1945: Getúlio Vargas permitiu a reorganização partidária e convocou eleições.

1972: Seis anos após o início da ditadura militar. As eleições diretas para senador e prefeito foram restauradas, exceto para as capitais. As eleições para presidente e governador continuaram indiretas.

1989: Após 29 anos com eleições presidenciais indiretas, o brasileiro voltou a escolher pelo voto direto o presidente da República.

1937 – 1945: Após um golpe, o então presidente Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, ditadura que se prolongou até 1945. Durante esses oito anos os brasileiros não foram às urnas uma única vez.

1985: Uma emenda constitucional restabeleceu eleições diretas. A emenda também concedeu direito de voto aos maiores de 16 anos e, pela primeira vez desde o início da República, os analfabetos puderam votar.

INFORMAÇÃO PARA QUÊ?

A **informação** é uma palavra de origem latina, que significa **ação de formar, de fazer, de dar forma**. A própria palavra é formada por dois radicais: **in**, que significa **em,** e **formare**, que significa **forma**.

Saber a origem de uma palavra é importante porque assim podemos entender o que pensavam aqueles que criaram a palavra, e também imaginar os processos pelos quais ela foi se transformando ao longo dos séculos de uso.

Assim, quando alguém informa um endereço ou número de telefone, por exemplo, parece que a palavra, nesta situação, não tem mais nada daquele significado da origem, não é mesmo? Afinal, dizer um número de telefone ou endereço não muda nada, não dá forma a nada... Mas se você pensar bem, verá que o fato de sabermos um telefone ou endereço que antes não sabíamos dá forma ou cria todo um conjunto de escolhas que antes não tínhamos.

Agora que sabemos, podemos ligar ou não ligar, ir ou não ir. O que se formou foi uma escolha que antes não existia. E essa ideia de que as informações estão ligadas às nossas escolhas é o que restou desse significado original da palavra em todas as formas como a usamos hoje em dia – as informações podem ampliar ou reduzir nosso universo de escolhas.

Pensar sobre a origem da palavra nos ajuda a compreender porque é tão comum buscarmos por informações quando queremos conhecer melhor um assunto, tomar decisões ou nos orientar diante de uma questão qualquer – formar uma opinião, como costumam dizer. Isso porque elas nos ajudam a dar forma, a organizar nosso pensamento e nossa ação, como nos lembra o significado original da palavra.

Vocês já devem ter ouvido alguém dizer que vivemos na Era da Informação. As pessoas dizem isso porque as informações nos ajudam a elaborar nossas opiniões ou construir argumentos sobre um determinado tema e porque nunca se produziu tanta informação como nos tempos atuais. Sim, as informações precisam ser produzidas, por pessoas como vocês, e há muitas formas de fazer isso. A ciência produz informações, pesquisando, investigando, testando ideias. Os escritores produzem outras nos livros que escrevem, imaginando, narrando. Os jornais e revistas também, por meio de notícias, textos de articulistas, charges. Pessoas do mundo inteiro produzem informações, quando contam como se sentem em determinadas situações ou o que acharam do último filme a que assistiram ou até quando fazem fofoca.

Embora tudo isso pareça maravilhoso – e é, num certo sentido –, também é a fonte de muitos problemas. Uma informação, para fazer seu trabalho – o de formar algo –, deve ser tratada com algum cuidado. Toda informação deve ser passível de verificação, ou seja, a gente deve ter os meios para ver se ela é verdadeira ou falsa, certa ou errada. As informações também devem ser interpretadas, ou seja, é preciso entender a importância de cada informação para cada situação.

Mas, para isso, **é preciso aprender a verificar e comparar informações, em diferentes fontes** (entendidas aqui como a origem da informação). É preciso **saber verificar a confiabilidade das fontes**. É preciso saber interpretar textos e outras formas de informação, como tabelas e gráficos, por exemplo. **Tudo isso nos ajuda em nossa educação política**, porque por meio desses procedimentos (verificar fontes, comparar e interpretar informações) podemos definir critérios que nos ajudam a decidir em que candidato ou candidata votar.

VAMOS PENSAR SOBRE
FONTES DE INFORMAÇÃO

Preciso saber o horário exato em que eu nasci

Minha(s) fonte(s) de informação seria(m):

Preciso saber quantas pessoas vivem na minha cidade

Minha(s) fonte(s) de informação seria(m):

Preciso saber quais candidatos estão concorrendo à Câmara de Vereadores do meu município

Minha(s) fonte(s) de informação seria(m):

Preciso saber quanto custa uma passagem de ônibus para Santiago do Chile

Minha(s) fonte(s) de informação seria(m):

Preciso saber como eu poderia colaborar para que todas as crianças do meu município fossem vacinadas contra a paralisia infantil e o sarampo

Minha(s) fonte(s) de informação seria(m):

O que eu faço quando eu encontro informações diferentes nas fontes em que eu estou pesquisando?

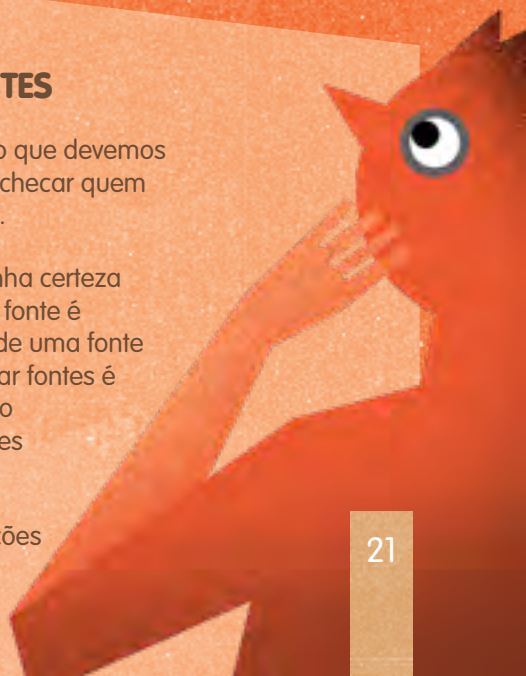
Eu me satisfaço com a primeira resposta que encontro?

VAMOS COMBINAR QUE...

Não vale responder: "minha fonte de informação seria o Google". O Google é um portal de buscas que te mostra vários sites em que a informação que você está buscando pode estar disponível. Então, ao invés de você dizer "no Google" ou "na internet", você vai ter que dizer em que site você buscaria essa informação, está bem?

DICAS IMPORTANTES

- Um bom procedimento que devemos ter em mente é sempre checar quem é a fonte da informação.
- A não ser que você tenha certeza absoluta de que aquela fonte é confiável, busque mais de uma fonte de informação. Comparar fontes é um procedimento seguro na busca por informações confiáveis.
- Cuidado com informações desatualizadas.



VAMOS CONHECER ALGUNS RECURSOS QUE DIVULGAM **INFORMAÇÕES PARA NOSSA EDUCAÇÃO POLÍTICA**

Para pensar sobre que tipo de informação pode nos ajudar em nossa educação política e quem produz essas informações, vocês farão uma pesquisa em algumas fontes que estão na tabela a seguir. Todas essas fontes estão disponíveis na internet. Caso vocês queiram inserir outras fontes, sintam-se à vontade.

Título do recurso	Como encontrar	Que tipo de informação eu encontro aqui?
Vote na Web	www.votenaweb.com.br	
Politize (Youtube)	Acessar o Youtube > Buscar Politize > Entrar na Playlist > Clicar em O que faz (conjunto de vídeos)	
Quem me representa	qmrepresenta.com.br	
Politize (website)	www.politize.com.br/cidadania-23-formas-de-exercer	
Canal Nostalgia	Acessar o Youtube > Buscar Canal Nostalgia (Felipe Castanhari) > Entrar na Playlist > Clicar no vídeo Entenda o sistema político do Brasil de um jeito simples	
Meu deputado	É um aplicativo disponível na PlayStore. Você pode baixar e conhecer os objetivos do aplicativo clicando neste endereço: meudeputado.mobi	
Unidos Contra a Corrupção	www.unidoscontraacorrupcao.org.br	

Quando se trata de nossa educação política, a informação é particularmente valiosa porque é tudo o que temos para formar nossas opiniões, para conversar com nossos concidadãos, para defender nossas posições, para argumentar e para decidir nosso voto e como acompanharemos a trajetória de nossos candidatos ou candidatas, se eleitos.

Essas informações me ajudam a votar de maneira mais consciente e a participar da vida democrática do meu país? De que forma essas informações me ajudam?	Quem é o responsável (instituição, pessoa, grupo, ONG etc.) pelas informações desse recurso?

UMA CAMPANHA PARA UMA ELEIÇÃO

Persuadir X Enganar

Persuadir é basicamente aquilo que se faz para convencer alguém a acreditar, fazer, desejar, recusar algo. É importante notar que persuadir é quase sempre um ato discursivo – não envolve nenhuma ordem de violência física ou constrangimento. Trata-se, portanto, de apontar fatos, razões, motivos, convites que tenham esse poder: convencer mais alguém sobre alguma coisa.

A persuasão, entretanto, é essencialmente diferente do engano, do logro, que também pode ser usado para mover outras pessoas, ou dissuadi-las de algo, mas funda-se em inverdades e violência ou constrangimento.

Como sempre, a etimologia dos dois termos aponta para essas diferenças desde sua origem no latim: **enganar** é um termo formado pelo prefixo **en**, que significa **colocar em, envolver**, e pelo radical **gannum**, que significa **ganir** – aquele som que os cães fazem quando sentem dor.

Enganar era entendido como o ato de propositalmente colocar uma pessoa numa situação dolorosa para, então, zombar dela.

Persuadir é uma palavra mais complexa. Temos o prefixo **per**, que significa **completamente**, seguido pelo radical **suadere**, que significa **convencer, insistir**.

Só isso já seria suficiente para entender a diferença, mas podemos avançar e conhecer a etimologia de **convencer**. Temos o prefixo **con**, **junto**, **em companhia de**, e o radical **vencere**, que obviamente significa **vencer**. Assim, percebemos que convencer alguém sobre algo é o ato em que uma ideia vence ou prevalece sobre outra e isso parece verdade para todos os envolvidos.

Em política, os atos de persuadir e enganar ganham dimensões especialmente importantes, como você já ter deduzido.

Candidatos e partidos políticos podem persuadir eleitores apresentando seus programas de governo, planos de ação, análises da conjuntura que enfrentarão se eleitos, suas prioridades. Podem também enganar seus eleitores apresentando falsas estatísticas, notícias falsas, fazendo promessas irrealizáveis e mentindo, simplesmente.

Escolher um candidato envolve, sempre, um trabalho cuidadoso do eleitor ou eleitora para diferenciar essas coisas. Entender de que forma um candidato escolhe nos persuadir pode ser um recurso bem valioso para decidir em quem votar, porque diz muito sobre os princípios e valores que orientam este candidato ou seu partido.

Se um candidato funda sua campanha inteirinha em denegrir e falar mal de outros candidatos, ofendendo, invadindo inclusive a vida pessoal ou referindo-se à aparência física de seus adversários, é necessário que nos perguntemos porque ele fez essa escolha em lugar de apresentar com clareza suas propostas e programas de governo.

Outro candidato pode falar diretamente a nossos medos e temores, prometendo que resolverá a precariedade da segurança pública, dará penas mais rigorosas para criminosos, ou apresentar análises econômicas catastróficas, levantando o medo do desemprego, da perda de moradia e coisas assim, muito essenciais. Uma vez mais, devemos nos perguntar se situações tão graves e complexas se resolvem dessa forma, tão simplesmente. Em outras palavras, devemos nos perguntar: se era tão fácil, como chegamos a isso?

Agora, quando um candidato pretende apenas nos enganar, usando, para isso, notícias que não correspondem aos fatos, estatísticas que não têm nenhum amparo científico e das quais não se apresentam as fontes, isso diz ainda mais sobre como esse candidato se conduz e sobre o que ele pensa a nosso respeito, não é mesmo?

Conheça alguns critérios de persuasão utilizados tanto para a venda de produtos quanto para convencer você a votar em algum candidato ou candidata

CRITÉRIOS DE PERSUASÃO

COMO VOCÊ RECONHECE?

Declaração

Informa como as propostas do candidato podem te ajudar e quais são elas.

Associação

Usa imagens de que muita gente gosta (como um personagem de quadrinhos) na esperança de que você goste do candidato da mesma maneira que você já gosta da imagem.

Humor

Faz você rir e chama sua atenção, para que a mensagem passada fique gravada na sua memória.

Propaganda exagerada

Palavras bem grandiosas, como "incrível" e "inacreditável", fazem com que as propostas pareçam mais interessantes.

Precisa ter!

Dá a ideia de que você precisa "comprar" aquela ideia ou candidato para ser feliz ou ficar satisfeito.

Cinco sentidos

Usa sons e imagens que estimulam nossos sentidos: visão, audição, paladar.

Chamada para a ação

Diz a você o que fazer: "Vote agora", "Decida já". Não deixa dúvidas do que deve ser feito.

Jogos e atividades

Uma peça de campanha feita como se fosse um jogo é uma forma da gente se divertir enquanto aprende mais sobre os candidatos e suas propostas e, assim, os eleitores passam mais tempo em contato com ele.

Medo

Quando um candidato garante que vai resolver uma coisa que te preocupa, como o alto índice de assassinatos, ou a falta de transporte público, por exemplo.

Depoimentos e opiniões positivas

Se alguém, como uma celebridade (um artista, jogador de futebol etc), fala bem do candidato e diz que ele é a escolha certa, é mais fácil para você acabar se convencendo de que ele é bom mesmo.

Diferenciais

Se o candidato ou suas propostas têm um diferencial muito especial, único, você fica com a impressão de que ele é melhor que os outros.

Agora que vocês sabem um pouco mais sobre critérios de persuasão, vão criar algumas peças de campanha para tentar convencer os eleitores e eleitoras a votar na sua chapa. Vocês podem criar cartazes, spots de rádio, GIFs animados, jingles (aquelas musiquinhas que não saem da cabeça), memes, o que vocês quiserem. Mas atenção! Todas essas peças devem usar, pelo menos, um dos critérios de persuasão acima.

Agora que vocês já entenderam as diferenças entre persuadir e enganar, é hora de criar uma chapa para concorrer a uma eleição. Vocês podem simular uma eleição para prefeito, presidente, deputado ou qualquer outro cargo político. Se sua escola não tiver um grêmio estudantil, essa atividade pode até se transformar numa eleição de verdade.

Qual é o nome da nossa chapa?

Como chegamos à definição dessas prioridades?

Quais são nossas propostas para o ano de gestão? O que queremos fazer em nosso município/país/escola e por que consideramos importante fazer isso?

Como sabemos se essas prioridades correspondem às prioridades da população/dos estudantes da escola?

Para saber mais sobre como montar um grêmio estudantil na sua escola, acesse: **ubes.org.br**

COMO VOTA O ELEITOR?

A palavra **eleger**, de origem latina, significa **escolha**. Mas para que fique claro de que tipo de escolha estamos tratando, é melhor analisarmos a origem da palavra **eleito** que, em latim, significa **aquele que foi escolhido por suas qualidades e para dar mostras de suas qualidades**.

Esse significado é parte da explicação e justificativa para aquilo que todos sabemos sobre os eleitores em geral. Para ser um eleitor, uma pessoa tem que ser capaz de identificar as qualidades de outra pessoa, os candidatos, e escolher, entre elas, aquelas que considera mais importantes para a realização do trabalho que este candidato deverá fazer, se eleito.

Para fazer uma escolha com critérios, é preciso que se tenha algumas informações mínimas sobre o que se escolhe, seja lá o que for. De candidatos a comidas, se a gente não sabe nada a respeito de nossas alternativas, é muito provável que nossa escolha seja pouco criteriosa.

CRITÉRIOS?? MAS O QUE SÃO CRITÉRIOS??

Na sua origem, essa palavra (que era usada na Grécia) significava **peneira**.

Para que serve uma peneira? Para separar uma coisa da outra, certo?

Se eu preciso coar meu suco de melancia, eu uso uma peneira. A peneira separa o bagaço e as sementes do líquido docinho da melancia.

Quando votamos, definimos critérios para separar o que consideramos realmente importante para eleger um candidato daquilo que consideramos pouco importante.

MATEMÁTICA **EXERCÍCIO 9**

LÍNGUA PORTUGUESA

HISTÓRIA

VAMOS APLICAR UM QUESTIONÁRIO PARA SABER COMO ALGUMAS PESSOAS ESCOLHEM SEUS CANDIDATOS

PARA FAZER A PESQUISA

Nessa pesquisa, nós descobriremos quais são os critérios mais utilizados por algumas pessoas para escolher seus candidatos.

Para isso, você entrevistará, no mínimo, **de 3 a 5 pessoas** que já votaram em outras eleições para prefeito e vereador.

Nossa sugestão é que vocês entreguem a cada entrevistado uma cópia em branco da tabela que está na página ao lado.

Então, peçam ao entrevistado que leia todas as alternativas e escolha somente uma, a que represente **o critério mais importante que ele ou ela usou para votar** na última eleição para prefeito e para vereador. Vá colocando um **X** na alternativa que o entrevistado escolheu.

E VOCÊ? QUAIS CRITÉRIOS VOCÊ VAI USAR PARA ESCOLHER SEU CANDIDATO OU CANDIDATA?

LEMBRE-SE: HÁ MUITOS CRITÉRIOS QUE VOCÊ PODE CONSIDERAR AO VOTAR.

1. VOCÊ JÁ VOTOU ALGUMA VEZ PARA PREFEITO OU PREFEITA? **POR QUE VOCÊ ESCOLHEU ESSE/A CANDIDATO/A?**

	prometia fazer coisas que eu considerava importantes para mim	tinha o apoio da igreja que eu frequento	toda minha família votou nele	eu sabia que ele não estava envolvido em nenhum escândalo de corrupção	eu sabia que ele já tinha feito muitas coisas boas para o município em outros mandatos	concordo com as ideias do partido político ao qual ele está filiado	eu acho ele muito simpático	eu seguia esse candidato nas redes sociais e conhecia e me identificava com suas propostas	eu sabia o que faz um prefeito e via que ele não prometia coisas que não teria o poder de fazer (pelo menos, não sozinho)	meus amigos recomenda-ram que eu votasse nele	eu não queria que o outro candidato ganhasse de jeito nenhum	me pediram para votar nele	ela é mulher e há poucas mulheres em cargos políticos	lembro em quem votei	não lembro em quem votei
Pessoa 1															
Pessoa 2															
Pessoa 3															
Pessoa 4															
Pessoa 5															

2. VOCÊ JÁ VOTOU ALGUMA VEZ PARA VEREADOR OU VEREADORA? **POR QUE VOCÊ ESCOLHEU ESSE/A CANDIDATO/A?**

	prometia fazer coisas que eu considerava importantes para mim	tinha o apoio da igreja que eu frequento	toda minha família votou nele	eu sabia que ele não estava envolvido em nenhum escândalo de corrupção	eu sabia que ele já tinha feito muitas coisas boas para o município em outros mandatos	concordo com as ideias do partido político ao qual ele está filiado	eu acho ele muito simpático	eu seguia esse candidato nas redes sociais e conhecia e me identificava com suas propostas	eu sabia o que faz um vereador e via que ele não prometia coisas que não teria o poder de fazer (pelo menos, não sozinho)	meus amigos recomenda-ram que eu votasse nele	eu não queria que o outro candidato ganhasse de jeito nenhum	me pediram para votar nele	ela é mulher e há poucas mulheres em cargos políticos	lembro em quem votei	não lembro em quem votei
Pessoa 1															
Pessoa 2															
Pessoa 3															
Pessoa 4															
Pessoa 5															

QUANTOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS **NÓS PODEMOS ELEGER?**

Você já se perguntou por que há tantos deputados federais e estaduais e um número diferente para representar cada unidade da federação? Você já se perguntou por que o número de senadores é bem menor?

Isso acontece porque os deputados são, no sistema político, os representantes do povo e, assim, devem corresponder às variações de população de cada unidade federativa (de cada estado). Dessa forma, unidades federativas que têm maior população, elegem um número maior de deputados ou deputadas federais para representá-las.

Parece justo, não é? Afinal, a palavra **deputado** significa mesmo **encarregado**. Assim, os deputados seriam as pessoas encarregadas de defender os interesses da população, e parece lógico que os estados que têm mais pessoas precisem de mais deputados.

Por outro lado, também é fácil perceber que, se essa fosse a única regra, haveria sempre um desequilíbrio perigoso e injusto no poder de decisão do Congresso, por que os deputados votam a aprovação das leis, e os estados mais populosos sempre teriam uma vantagem um pouco injusta.

Por isso, as leis e tudo o mais precisam ser aprovadas no Congresso Nacional, que é composto pelos deputados federais e também pelos senadores.

Os senadores são sempre 3 por unidade federativa, não importa o número de habitantes.

Assim, sempre temos 81 senadores, cujos mandatos são de oito anos, e são eles que devem equilibrar a diferença de poder na distribuição dos deputados.

PARA VOCÊ SABER

SOBRE OS DEPUTADOS FEDERAIS
Ficam na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, em Brasília.

- Cada estado (unidade federativa) pode eleger um número diferente de deputados federais.
- Esse cálculo é feito a partir do número de pessoas que vivem naquele estado. Estados mais populosos podem eleger mais deputados federais.
- Há um número mínimo de deputados federais por unidade federativa (são 8).
- Há um número máximo de deputados federais por unidade federativa (são 70).

SOBRE OS DEPUTADOS ESTADUAIS
Ficam nas Assembleias Legislativas de cada unidade federativa.

- Cada unidade federativa pode eleger um número diferente de deputados estaduais.
- Esse cálculo é feito com base no número de deputados federais eleitos por esse estado.

VOCÊ SABE QUANTO CUSTA AOS COFRES PÚBLICOS POR ANO UM DEPUTADO FEDERAL?

Agora vocês vão aplicar a regra para descobrir quantos deputados estaduais podem ser eleitos em cada unidade federativa. Leia com cuidado as regras para esse cálculo e preencha a planilha.

1. A lei determina que o número de deputados estaduais deve ser o triplo do número de deputados federais. Mas essa regra só vale quando o cálculo não ultrapassa 36.

Por exemplo:
O Acre tem 8 deputados federais.

Então, 8 x 3 = 24.

Regra valendo.

2. Quando o cálculo ultrapassa 36 deputados, a regra de cálculo muda.

Por exemplo:
O Pará tem 17 deputados federais.

17 x 3 = 51 (ou seja, mais do que 36).

Então, a lei determina que se aplique outra regra para fazer o cálculo.

Aqui está ela:

$$36 + (\text{Nº de deputados federais} - 12) = \text{Nº de deputados estaduais}$$

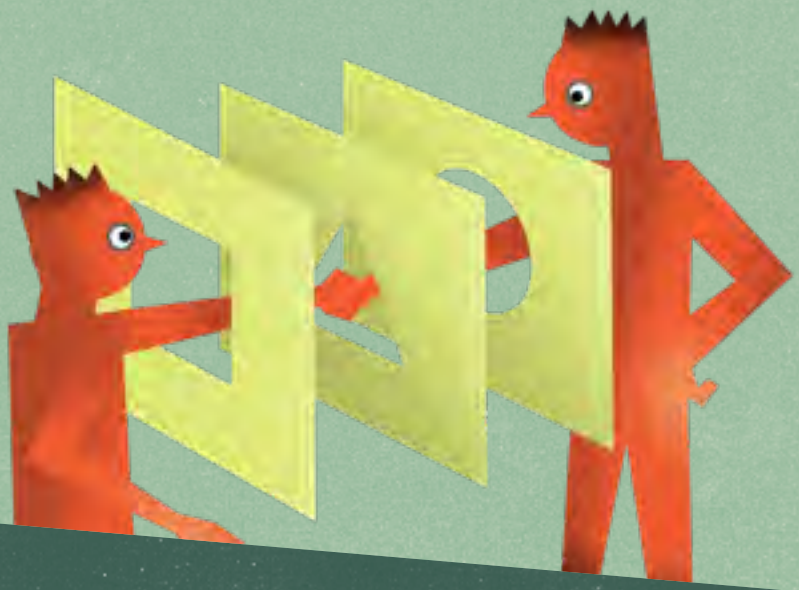
Por exemplo: **Minas Gerais tem 53 deputados federais**

$$36 + (53 - 12) = 77$$

Então, Minas Gerais tem 77 deputados estaduais em sua Assembleia Legislativa.

Unidade federativa	Número de deputados federais	Número de deputados estaduais que podem ser eleitos
Acre	8	
Alagoas	9	
Amapá	8	
Amazonas	8	
Bahia	39	
Ceará	22	
Distrito Federal	8	
Espírito Santo	10	
Goiás	17	
Maranhão	18	
Mato Grosso	8	
Mato Grosso do Sul	8	
Minas Gerais	53	
Pará	17	
Paraíba	12	
Paraná	30	
Pernambuco	25	
Piauí	10	
Rio de Janeiro	46	
Rio Grande do Norte	8	
Rio Grande do Sul	31	
Rondônia	8	
Roraima	8	
Santa Catarina	16	
São Paulo	70	
Sergipe	8	
Tocantins	8	

PLANOS DE GOVERNO: GOVERNAR PARA QUEM?



O plano de governo é uma exigência para todos os candidatos e partidos. Mas é, ou pelo menos deveria ser, também, muito mais do que isso.

Idealmente, é na elaboração do plano de governo que candidatos e partidos investigam mais a fundo a região e a população que deverão representar, se eleitos. E é também por meio dos planos de governo que os eleitores podem ter uma previsão de quais serão as prioridades ou formas de atuação dos candidatos em quem pretendem votar.

Em outras palavras, um bom plano de governo permite que candidatos e partidos conheçam melhor as necessidades e reivindicações da parcela da população que devem representar, assim como suas realidades sociais, identificando lacunas ou problemas na atuação do Poder Público aos quais ele pode se dedicar, se eleito.

Mas não é exatamente isso que acontece. Muitos partidos tratam esse documento tão importante como mera questão protocolar, ou seja, um documento exigido para que inscrevam suas candidatas e candidatos. E isso, por si só, já diz muito sobre como essas pessoas pretendem governar, não é mesmo?

Mas o que é considerado um bom plano de governo?

Um primeiro ponto é que o plano de governo deve apresentar soluções ou intervenções compatíveis com a competência de atuação dos candidatos que o assinam. Assim, se o plano de governo de um candidato à presidência faz uma série de promessas sobre a educação de anos iniciais, o chamado Ensino Fundamental, algo está muito errado, porque essa esfera de atuação é atribuição dos municípios, ou seja, dos prefeitos e vereadores, e a instância federal não tem o poder nem as verbas necessárias para interferir aí.

Aliás, verbas, ou de quanto dinheiro ou recursos o candidato disporá para fazer o que promete, é outro aspecto bem importante em um plano de governo, porque todos sabemos que ninguém deveria fazer promessas para as quais não há os recursos necessários. Assim, um bom plano de governo deve demonstrar um conhecimento aprofundado dos orçamentos públicos.

Além disso, um bom plano de governo tem que demonstrar que foi antecedido e baseado em mecanismos de consulta e escuta da população, de suas demandas, problemas, reivindicações e prioridades.

Finalmente, um bom plano de governo deve demonstrar, de forma clara como serão realizadas as ações prometidas ou pretendidas, e em quanto tempo.

Todos os planos de governo são públicos, ou seja, acessíveis por meio do site dos partidos e candidatos e também no site do Tribunal Superior Eleitoral, para que possam ser consultados por eleitores e eleitoras.

IMAGINE QUE UM CANDIDATO A PREFEITO SOUBESSE O QUE PENSAM OS HABITANTES DE SUA CIDADE!

ELE TERIA CONDIÇÕES DE ELABORAR UM BOM PLANO DE GOVERNO, NÃO É MESMO?

Agora que você já sabe da importância de conhecer os planos de governo dos seus candidatos ou candidatas, nós vamos fazer um jogo, uma simulação. Vamos imaginar que sua sala de aula contém toda a população de um pequeno município. Toda essa "população" vai dizer que tipo de serviços públicos utiliza e o que pensa sobre eles.

	QUAIS SERVIÇOS E BENS PÚBLICOS EU UTILIZO? Marque com um X	**ESTOU SATISFEITO COM ESSES BENS E SERVIÇOS?** Sim ou não	**QUAIS BENS E SERVIÇOS EU CONSIDERO PRIORITÁRIOS PARA MIM?** Marque com um X	**QUAIS BENS E SERVIÇOS EU CONSIDERO PRIORITÁRIOS PARA MINHA COLETIVIDADE?** Marque com um X
	Praças			
	Hospital / Postos de saúde			
	Transporte			
	Equipamentos esportivos (ginásios, campos de futebol, quadras etc.)			
	Equipamentos culturais (Centros Culturais, feiras etc.)			
	Ciclovia			
	Serviços de atendimento a portadores de deficiência			
	Serviços de vacinação para animais de estimação			
	Escola			
	Creches			
	Iluminação pública			
	Ruas e avenidas			
	Segurança pública			
	Justiça (tribunais de pequenas causas, defensores públicos)			
	Mercados e feiras			
	Coleta de lixo			
	Destinação dos resíduos coletados (vai para lixões? Aterros sanitários?)			
	Postos de coleta de material reciclável			
	Saneamento básico (esgoto)			
	Cemitério e serviços funerários			

USE ESTE ESPAÇO PARA REGISTRAR OS GRÁFICOS COM AS INFORMAÇÕES OBTIDAS DA "POPULAÇÃO DO SEU PEQUENO MUNICÍPIO".

Anotações

Fundação ArcelorMittal
Investimento Social

ArcelorMittal

Realização e coordenação:
Fundação ArcelorMittal

Criação, desenvolvimento de materiais
e coordenação pedagógica:
La Fabbrica

Elaboração de conteúdo:
Lilian Faversani e Fabiana Marchezi

Produção editorial e gráfica:
Sylvain Barrè, Barbara Scodelario e Fernanda Sousa

Revisão:
Caroline Mazzonetto